

Embates com a verdade sustentável: Rio+20

Nu-Sol, embates com a *verdade sustentável*.

“Quais são, afinal, as verdades do homem?”¹ indagou Friedrich Nietzsche em *Gaia Ciência*. “São os erros *irrefutáveis* do homem”, respondeu. Avançando com a afirmação do filósofo alemão, Michel Foucault em “Nietzsche, a Genealogia e a História”, completou que os erros se tornam irrefutáveis, isto é, a verdade se consolida precisamente “porque o longo cozimento da história a tornou inalterável”.² A história dessa verdade chamada *desenvolvimento sustentável* remonta aos anos 1980, como efeito do Relatório “Nosso Futuro Comum”, produzido pela ONU em 1987. Contudo, os embates que contribuíram para o cozimento do *desenvolvimento sustentável* não irromperam com o Relatório da ONU, tampouco se esgotaram nas décadas de 1980 e 1990.

Em junho de 2012, vinte anos após a realização da ECO-92, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se novamente um perímetro territorial da ONU, para novas negociações entre chefes de Estado, relacionadas ao *desenvolvimento sustentável* e ao futuro do planeta. Entretanto, o Nu-Sol acompanhou a Rio+20 desde antes das solenidades que inauguraram a Conferência, analisando os Encontros prévios promovidos pela ONU para a construção do *Rascunho Zero* e os posicionamentos de variados chefes de Estado e líderes de ONG’s ambientalistas.

¹ Friedrich Nietzsche. *Gaia Ciência*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 185.

² Michel Foucault. “Nietzsche, a Genealogia e a História” in *Microfísica do Poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.19.

Para além de perseguir os embates que se delinearam com a proximidade da Rio+20, pesquisadores estiveram presentes no Rio, registrando imagens para a sessão “paisagens” da Revista *Ecopolítica*, afiando os textos para o boletim semanal *flecheira libertária* e selecionando material para a composição das anotações *Hypomnemata*. Enquanto a sessão “paisagens” da Revista *Ecopolítica* afirmou, por meio da exposição de fotos e publicação de texto, uma perspectiva diferente dos registros jornalísticos e dos julgamentos interessados em apontar o fracasso ou sucesso da Conferência, a *flecheira libertária*, no calor dos acontecimentos, mirou os embates travados pelos espaços da cidade do Rio de Janeiro.

O boletim semanal do Nu-Sol expôs como a realização da Conferência da ONU, com o investimento em sua segurança pelas Forças Armadas, reiterou o assujeitamento de moradores da cidade que manifestaram sua satisfação com o patrulhamento de homens fardados durante a Rio+20. As flechas apontaram também a tentativa da Polícia Federal de criminalização do arco- e- flecha após o embate entre certos índios e seguranças do BNDES. Somado à análise das movimentações que ocorriam no Rio de Janeiro, os breves textos libertários problematizaram ainda as propostas ambientais da ditadura chinesa, celebradas por militantes durante a Rio+20, em tecnologia para *desenvolvimento sustentável*. Por fim, as análises dos três *Hypomnemata* dedicados exclusivamente à Rio+20 percorrem o espaço da cidade do Rio de Janeiro, assim como as *flecheiras libertárias*. Contudo, as anotações publicadas mensalmente pelo Nu-Sol analisaram, sobretudo, as proposições alternativas que irromperam na Cúpula dos Povos e os efeitos do resultado da Conferência Oficial da ONU.

“Rio+20 no Rio: breves espaços em primeiras anotações”, o primeiro da série *Hypomnemata* sobre a Conferência da ONU, dedicou-se a escavar a cidade do Rio e trouxe à tona como a Barra da Tijuca, nome que provém do tupi, *ty+yuk*, *ty* (água) e *îuk* (podre), bairro que sediou as negociações entre

diplomatas e chefes de Estado, para além de ser reconhecido pelos índices de Qualidade de Vida, altos investimentos ecológicos, formou-se com a especulação imobiliária estimulada pela ditadura civil-militar no início dos anos 1970. Junto da investigação acerca da Barra da Tijuca - de “água podre” para os Tupinambás a exemplo de Qualidade de Vida após a ditadura civil-militar - as anotações do Nu-Sol investigaram precisamente o espaço reservado aos índios durante a Rio+20, expondo como, apartados dos centros de decisão, os índios foram confinados onde se situava anteriormente o manicômio Colônia Juliano Moreira. Este *Hypomnemata* se encerrou com a descrição da “Marcha dos Povos”, organizada por líderes de ONG’s, militantes ambientalistas, dirigentes sindicais, no centro do Rio.

O segundo *Hypomnemata*, “Rio+20 em paralelas: sustentabilidade de pilares e cúpulas” analisou o trajeto do fortalecimento da noção de *desenvolvimento sustentável*, retomando a Conferência de Estocolmo, realizada pela ONU em 1972, na qual, o *meio-ambiente* tornou-se efetivamente um *dispositivo* presente nos mais variados debates e resoluções de governos. A problematização do Nu-Sol explicitou ainda como o relatório de 1987, “Nosso futuro comum”, tornou-se uma das procedências do documento aprovado em 2012, “O futuro que queremos – futuro que, como escancarou o *Hypomnemata*, marcou os três principais documentos aprovados durante a Rio+20.

“O futuro que queremos”, documento oficial da Rio+20, redigido na primeira pessoa do plural, reiterou o compromisso da ONU com a erradicação da pobreza, apostando em proposições consideradas inéditas como a necessidade de uma governança internacional visando a sustentabilidade, marcadas por um novo arranjo do Sistema Nações Unidas e a implementação da *economia verde* como modelo para atingir as metas de crescimento sustentável. Como oposição as diretrizes firmadas pelo documento, organizações da sociedade civil e movimentos sociais, sem abandonar a

perspectiva da sustentabilidade e a busca por um futuro ideal, divulgaram “O futuro que não queremos”. O texto argumentou que era preciso lutar por um futuro moldado não pelas decisões dos chefes de Estado, mas sim pelo que chamaram de *maioria*. Por fim, “O futuro da humanidade”, texto reivindicado pela Cúpula dos Povos, concluiu que a humanidade não poderia tornar-se um negócio sob o controle das corporações e instituições financeiras. O documento propôs a *convergência* de lutas alternativas, baseadas em costumes e conhecimentos populares, economia cooperativa e solidária.

Em “Rio+20 em paralelas: sustentabilidade de pilares e cúpulas”, o Nu-Sol problematizou ainda a não aprovação do PNUMA como agência internacional aos moldes da OMC (Organização Mundial do Comércio). Com análise singular, o Nu-Sol expôs que pouco interessa aos chefes de Estado, de países ricos ou pobres, a criação de um tribunal do qual possivelmente todos se tornariam réus por degradação ambiental. Entretanto, o PNUMA saiu da Rio+20 com a garantia de um fundo maior e expansão de sua influência política, porém, sem alteração institucional, isto é, sem um tribunal e legislação próprias para punir certos países acusados de crimes ambientais. Como reação direta à decisão, líderes de ONG’s e militantes ambientalistas presentes na Cúpula dos Povos reclamaram pelas ruas do centro do Rio de Janeiro por maior institucionalização e controle da ONU, em direção à punição das transgressões às normas ambientais.

Todavia, ao contrário de um embate, o posicionamento evidenciado pela Cúpula dos Povos, no centro do Rio, fortaleceu a negociação entre os chefes de Estado no Rio-Centro, Barra da Tijuca e o “longo cozimento” da verdade ambiental. Como mostrou este *Hypomnemata*, seja na defesa do comedimento ou do ativismo ambiental, a Cúpula e a reunião de chefes de Estado se encontraram na aceitação geral dos discursos da *sustentabilidade*, disputando somente a hegemonia do modo como construir normas internacionais e criar

uma governança global ambiental. “Riocentro e o centro do Rio formaram um duplo, complementando-se (...) a Rio+20 pode ser analisada como mais uma celebração da verdade ambientalista e da sustentabilidade”, concluiu o Nu-Sol.

O último *Hypomnemata* da série de análise da Rio+20, “Rio+20: no que parasita, no que marcha e o que sai do eixo”, mostra como, para a construção dessa verdade ambiental, desde a ECO-92, foi fundamental a colaboração das minorias organizadas. A partir dos anos 1990, não fortuitamente, essas minorias passaram a ser designadas pela ONU como *major groups*. Por fim, o *Hypomnemata* escancarou a argumentação presente na Cúpula dos Povos acerca da importância da *convergência* dos denominados confrontos *antissistêmicos* que eclodiram como efeito das crises do sistema financeiro após 2008. Recorrendo à palavra *convergência* inúmeras vezes, o texto final da Cúpula visou concentrar o que chamou de dispersão das lutas pelo planeta, conclamando a uma ação conjunta desde os *Indignados* espanhóis, passando pelos *occupys* estadunidenses até os estudantes chilenos na América do Sul.

Como rescaldo da sintaxe de palavras de ordem produzidas em torno da *convergência*, a Cúpula dos Povos organizou a *Grande Marcha dos Povos* - descrita no primeiro *Hypomnemata* - pelo centro do Rio de Janeiro. Mesmo reivindicando a libertação “das corporações e do capital financeiro”, o que se pôde notar na “Marcha” foi precisamente a subordinação da multiplicidade de práticas e grupos à homogeneidade de pontos e ordens uniformes que em nenhum momento abdicaram das bandeiras do denominado *desenvolvimento sustentável*. Assim, até mesmo a Marcha alternativa aos negócios celebrados pelos chefes de Estado pôs em marcha a *verdade ambiental*.

Contudo, “Rio+20: no que parasita, no que marcha e o que sai do eixo”, último *Hypomnemata* de problematização da Conferência da ONU, afirmou práticas e palavras liberadas do rígido bloco do *desenvolvimento sustentável*.

Retomando os escritos de William Burroughs, o *Hyppomnemata* antes de encerrar, afirma: “palavras podem ser antigas armaduras, disse, acertadamente William Burroughs. Por que palavras são fabricadas dentro de você. 2012: passos adiante são dados ao abirmos mão dessas armaduras”. Diante da Cúpula, no embate com o cozimento da história e a construção do *desenvolvimento sustentável*, o Nu-Sol apresentou um material extenso de análise dos embates no presente e exibiu, no Museu da República, durante a Rio+20, o documentário *ecopolítica: ecologia* (como anotado na sessão “Paisagens” da *Revista Ecopolítica* 3). Este documentário, como os documentos publicados pelo Nu-Sol a respeito da Rio+20, compilados abaixo, apresentam uma perspectiva libertária no lidar com a Terra e com as verdades construídas em torno deste tema, pautadas em *alternativas* que não abrem mão do capitalismo e do Estado.

“Paisagens” in *Revista Ecopolítica* 3

uma verdade sustentável? rio+20 e cúpula dos povos de uma perspectiva da *ecopolítica*.

Vinte anos depois da ECO-92, a cidade do Rio de Janeiro voltou a sediar uma Conferência Internacional, a Rio+20. Durante uma semana, tornou-se um perímetro territorial temporário da ONU. A *Conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável* se espalhou pela cidade. Contudo, foi entre a Barra da Tijuca, bairro que cresceu nos anos 1970, com especulação imobiliária durante a ditadura civil-militar e o espaço do Aterro do Flamengo, que foi apresentada a maior parte da programação da Rio+20. Se o Aterro abrigou a organização de milhares de militantes representando ONGS ambientalistas, sindicais, feministas, entre outras, a Barra da Tijuca, mais especificamente o pavilhão de eventos do *Rio Centro*, foi o lugar de encontro de chefes de Estado e seu séquito de diplomatas.

Marcada desde o início pelos embates prévios em torno do documento denominado *Rascunho Zero* (http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/OFuturoqueQueremos_rascunho_zero.pdf), negociado, ponto-a-ponto, por diplomatas em Nova Iorque e reescrito, no Brasil, as vésperas do encontro, pairou sob a Rio+20 a pecha de um suposto antagonismo — reiterado por editoriais de jornais e comentaristas políticos— que oporia os representantes de ONGS, movimentos sociais articulados na *Cúpula dos Povos* e às delegações dos chefes de Estado reunidos no *Rio-Centro*.

Tal *polarização antagônica* teria sido explicitada, segundo muitos destes comentaristas, pela convocação a *Marcha Global dos Povos*, realizada no centro do Rio de Janeiro e que expôs como principais reclames a “falta de ousadia e coragem” e “a irresponsabilidade”, por parte dos políticos que se encontravam na Barra da Tijuca, em relação às metas de *desenvolvimento sustentável* fundamentais para a preservação do planeta.

No dia seguinte à *Marcha*, o texto final da *Conferência* foi divulgado (versões em espanhol

http://www.uncsd2012.org/content/documents/778futurewewant_spanish.pdf. e em inglês,

<http://www.uncsd2012.org/content/documents/727The%20Future%20We%20Want%2019%20June%201230pm.pdf>). Intitulado *O futuro que queremos*, o documento retirou duas das principais reivindicações de militantes e intelectuais engajados com as disputas *sustentáveis*.

Dentre as demandas não contempladas estavam a não valorização do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) ao status de agência internacional nos moldes da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a retirada do termo: *responsabilidades comuns, porém diferenciadas*. A noção de *responsabilidades comuns, porém diferenciadas* imporia um comprometimento maior dos países ricos nos investimentos para preservação do planeta e a transformação das economias rumo a um *desenvolvimento sustentável*.

O que havia sido explorado como posições inconciliáveis entre a *Marcha* do centro do Rio e o *Rio-Centro*, com o ocaso da Conferência, mostrou ser duplo indissociável que se articulou em torno de interesses comuns.

Sha Zukang, Secretário-Geral da ONU, defendeu o encontro sob a justificativa de que a Rio+20 objetivou, sobretudo, renovar o compromisso político com o *desenvolvimento sustentável*. Os ambientalistas, por sua vez, acusavam o fracasso da Conferência celebraram a mobilização e o comprometimento da chamada sociedade civil em direção a um planeta com *desenvolvimento sustentável*.

As Conferências Internacionais promovidas pela ONU, segundo o próprio funcionamento do que se conhece como Sistema-ONU, não podem produzir diretrizes, normas, recomendações e metas a serem imediatamente adotadas pelos Estados nacionais.

Como não possui o alegado poder de sanção, a ONU e suas conferências temáticas, funcionam como produtoras de diretrizes, normas, recomendações e metas

que dependem de discussões e de seu sucesso para que os Estados, estes sim encarregados de sancionar em seus territórios, adotem e o proposto e recomendado nas conferências e em torno delas.

Os alegados *fracassos* dessas conferências funcionam, como discurso de verdade, de maneira análoga ao propalado fracasso das prisões em recuperar infratores. Das propostas, discussões, pesquisas científicas, contestações, redimensionamentos, instituições paralelas, toda uma parafernália constituída em torno do alegado fracasso em efetivar políticas imediatas, emerge como resposta, as chamadas correções e *alternativas* ao problema que se anuncia como incontestável e incontornável.

Numa palavra, formulam um problema comum. Estas *Conferências Internacionais* funcionam como espaços nos quais se produzem nelas, contra elas e em torno delas, verdades para os Estados, as empresas e a chamada sociedade civil organizada. Alimentam, assim, o funcionamento destes universais com insumos para a produção de suas *políticas positivas* que, hoje, encontram *convergência* no frouxo conceito de *desenvolvimento sustentável*.

Nesta sessão sobre a Rio+20 não nos interessa julgar o *sucesso* ou o *fracasso* da *Conferência Internacional*. Tampouco buscamos um fiel registro jornalístico. Trata-se de um acompanhamento em perspectiva para uma história do presente na qual se conforma uma *ecopolítica*.

Diferente das edições anteriores, as imagens dessa sessão de *paisagens* foram produzidas pela *câmera solta* do Nu-Sol, que acompanhou de perto e liberada do itinerário comum — do centro do Rio ao Rio-Centro — as movimentações pela cidade. Mesmo diante da uniformidade das *Marchas* de protesto, dos reclames por *desenvolvimento sustentável*, há espaço para a irrupção de desconcertos.

Durante a maior manifestação de movimentos sociais da Rio+20, enquanto mais de trinta mil pessoas marchavam ordeiramente atrás dos carros de som, irrompeu, em direção contrária, um grupo de índios *xavante*. O corte pelo meio da *marcha* chamou atenção para outras possibilidades, outros espaços e estéticas para além da redução da

multiplicidade da vida ao itinerário comum da *convergência* proposta. Corte que o vídeo do Nu-Sol, *Ecopolítica-Ecologia*, também traçou na superfície da tela de cinema instalada no Museu da República. Desafinando na programação de audiovisuais ongueiros, laudatórios das políticas em torno da *sustentabilidade*, *Ecologia-Ecopolítica* afirmou ética e esteticamente outro modo, libertário, de lidar com a Terra.

Para além das imagens, de junho a agosto, por meio dos breves escritos da *flecheira libertária* presentes nesta edição da revista *Ecopolítica* e das análises singulares dos *hypomnematas*, miramos com o arco teso e a seta afiada a preparação, realização e os desdobramentos políticos da Rio+20.

1972, 1992 e 2012. Do “nosso futuro comum” ao “futuro que queremos” desdobram intermináveis conferências, reuniões, documentos, marchas e declarações que dão forma inacabada à *convergência* moderada composta de alternativas *convergentes*, minorias, *empoderamentos*, protestos, reformismo revolucionário repaginado, justiça social, ambiental, global e local que se alojam numa verdade de governo sustentável, registradas como tecnologia *ecopolítica*. Neste instante em que até mesmo o que antes se configurava como resistência institucionaliza-se como matéria política *resiliente* cabe a nós perguntar: qual o *percurso* das resistências no *presente*?

***hypomnematas* sobre a Rio+20:**

“Rio+20 no Rio em breves espaços em primeiras anotações”.

Hypomnemata, 145: <http://www.nu-sol.org/hypomnemata/boletim.php?idhypom=174>

“Rio+20 em paralelas: sustentabilidade de pilares e cúpulas”

Hypomnemata, 146: <http://www.nu-sol.org/hypomnemata/boletim.php?idhypom=175>

“Rio+20: no que parasita, no que marcha e o que sai do eixo”.

Hypomnemata, 147:
[sol.org/hypomnemata/boletim.php?idhypom=176](http://www.nu-sol.org/hypomnemata/boletim.php?idhypom=176)

<http://www.nu->

seleta de flechas

ambientalismo *made in china*

As vésperas da Rio+20, certos ambientalistas celebram os investimentos da China, segunda maior economia do planeta, nas chamadas fontes renováveis de energia. O governo chinês lidera o *ranking* dos países que mais aplicaram recursos financeiros em energia eólica, solar e na construção de usinas hidrelétricas. Mesmo apontada como a nação que mais polui o planeta, efeito das altas taxas de queima de carvão, o governo chinês divulgou documento oficial declarando seu apoio a *um caminho de desenvolvimento verde*. Diante das negociações e lucrativos acordos *em nome do planeta* pouco importa o que se passa no interior do país mais populoso do globo. Enquanto o posicionamento chinês mobiliza a cúpula organizada pela ONU, a violência do Estado prossegue sustentada pela subserviência de grande parte da população e por meio das censuras sistemáticas, perseguições, prisões, torturas e assassinatos de certos homens e mulheres acusados de subversão.

flecheira libertária, 252. 12 de junho de 2012.

verde grana

Após o interminável vai-e-vem de negociações e permutas diversas, o documento que chegará às mãos dos chefes de Estado presentes na Rio+20 não possui mais os colchetes, sinalização que indica divergência entre os interesses políticos de certos países. As questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável, à governança e à biodiversidade dos oceanos está garantida. Entretanto, as denominadas *responsabilidades comuns, porém diferenciadas*, isto é, a diferenciação entre a responsabilidade na recuperação dos recursos do planeta pelos países ditos desenvolvidos e dos que estão em chamado processo de desenvolvimento, somada às tensões em torno da definição de *economia verde*, foram alteradas pelos negociadores brasileiros. Para além do lema “o futuro que queremos”, as mudanças, chamadas por alguns de “um novo rascunho zero”, evidenciam os incessantes embates políticos às vésperas da cúpula oficial da ONU. Diante das intermináveis permutas, o futuro do planeta, mesmo que mobilizando milhares de militantes dispostos a reivindicar migalhas, desponta como o futuro daquilo que é possível negociar entre Estados.

quantas gramas?

Em meio ao desfile estéril de variedades *alternativas*, despontou com força na Rio+20, a proposta de uma alternativa ao Produto Interno Bruto (PIB) como medição de desenvolvimento econômico. O desafio, segundo os especialistas econômicos em *alternativas*, é a criação de um índice de desenvolvimento sustentável que funcione para além do atual ranking do PIB, estritamente enredado na produção econômica de cada país. O primeiro esboço para esta nova maneira de medir o desenvolvimento foi apresentado nesta semana pela ONU com o nome de *Índice de Riqueza Inclusiva*. A liderança do *ranking* ficou com a China. Não é de espantar, visto que, o governo chinês anunciou recentemente um vultuoso pacote de investimentos em fontes renováveis de produção de energia. Todavia, enquanto alternativos discutem *alternativas*, a China segue adiante com sua ditadura.

verde do mar

Pelas ruas, nas esquinas do Rio de Janeiro, sob a justificativa de garantir a segurança da cidade durante a realização da Rio+20, homens com fardas do exército circulam segurando fuzis. No mar e no espaço aéreo, navios e helicópteros completam a patrulha. Ao ser questionada por um repórter sobre o que achava da presença dos militares, uma moradora respondeu: “isso é porquê é a Rio+20. Seria bom se fosse assim todos os dias”. Passadas mais de duas décadas do ocaso da ditadura civil-militar, as práticas de tortura seguem acontecendo nas ruas, esquinas, porões, celas, prisões e quartéis. No presente, permanecem resquícios da adesão e conivência de grande parte da população brasileira à violência do Estado instaurada pelo golpe de 1964. Todavia, é insuportável, para quem curte os prazeres de uma vida mais livre, ter de se deparar com quem aceita servir ao Exército. Além do que, as fardas destoam da força e da beleza do Rio.

flecheira libertária, 253. 19 de junho de 2012.

vitalidade

Em meio à proliferação pluralista dos brochantes protestos realizados durante à “Rio+20”, conduzidos por carros de som, militantes com bandeiras e faixas, lideranças gritando palavras de ordem, alguns índios saíram as ruas do Rio de Janeiro

empunhado seus arcos. Não demorou para que o Estado, por meio da Polícia Federal, emitisse nota de que *a presença de um índio portando arco e flecha pode eventualmente representar uma ameaça*. Em seguida, a Secretaria de Segurança Pública divulgou que analisaria as denúncias relacionadas ao porte de flechas. Variados especialistas minimizaram as declarações policiais reiterando que era preciso, ao invés de criminalizar, tolerar a diversidade cultural. O que pouco se comentou é que o intolerável para alguns dos povos presentes na Cúpula é precisamente o Estado. Diante das brochantes manifestações, acompanhados por viaturas com policiais armados até os dentes, certos índios miraram seus arcos e setas tesas. Diante do Estado com seus negócios escusos e armas de morte é preciso que não abramos mão desta vitalidade.

tirando a roupa

Entre os festejos, protestos, desfiles, passeatas, rodinhas, acordos e desacordos tangenciais próprios de eventos como a Rio+20, no qual estava em jogo negociar como melhorar o capitalismo, a vida dos miseráveis e a do “planeta”, de repente jovens começaram a tirar a roupa. Mulheres colocando os peitos para fora, homens e mulheres despindo-se de suas roupas, porém camuflando seus rostos, exibindo um pouco de nudismo para os flashes. Sabe-se que depois, muitas das garotas vestiram seus soberbos *soutiens* para circularem pela cidade e que despídos da camuflagem nos rostos, outros jovens vestidos transitaram pelos espaços reservados. Efeitos de espetáculo de protesto ou estilo de vida? Não há nudez corporal sem a cara estampando sorrisos e humor. O resto é cena para a internet, imprensa e televisões. Enfim, ainda não se tocou na lembrança do efeito da queima de *soutiens*, nem no livre transitar de corpos nus entre músicas, amores, e mais que um tom ecológico. Por ora, os seios, pintos, bundas e pentelhos ao ar ecoam o uso dos corpos a espera de um bom casamento e de uma certa vaidade juvenil. Faltam-lhes coragem!

ver de perto

Compromissos políticos com o desenvolvimento sustentável para geração de uma economia verde e erradicação da pobreza foram pautas das reuniões da Rio+20. Desses compromissos, a Conferência da ONU apresentou diversos casos de sucesso, sendo um deles a UPP Social por desenvolver projetos sociais nas favelas pacificadas pela polícia. Após uma apresentação do programa, participantes tiveram o interesse de conhecer a situação *in loco* para ver como essa “nova realidade” que treina crianças e jovens para serem embaixadores da comunidade tão amada acontece nos morros. Dizem que é preciso integrar, social e economicamente, as favelas ao asfalto e que, para isso, é dever

do cidadão conhecer o outro lado cidade. Assim, empresas de turismo elaboram seus pacotes de *tour*. Sem entrar nas vielas sujas e fétidas para mostrar o outro lado da comunidade aos interessados que fazem o passeio da mesma forma que vão ao zoológico, as favelas do Rio viram *point* e referência mundial. Desta maneira o controle se alarga e a população, mais uma vez, consente.

flecheira libertária, 254. 26 de junho de 2012.

hypomnemata 145

Boletim eletrônico mensal
do Nu-Sol - Núcleo de Sociabilidade Libertária
do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP
no. 145, junho de 2012.

Rio+20 no Rio, breves espaços em primeiras anotações

Barra da Tijuca, Rio+20 no Riocentro

Realizar um grande evento das Nações Unidas longe de sua sede em Nova Iorque, ou de seus escritórios especializados, significa erguer um gigantesco aparato físico e político, que preze a segurança, a austeridade burocrática e o controle de cada espaço.

A Barra da Tijuca foi um dos bairros escolhidos na cidade do Rio de Janeiro para situar oficialmente, durante a conferência da *Rio+20*, o que pode ser considerado um “perímetro territorial temporário das Nações Unidas”.

Localizada na zona oeste da cidade, entre o encontro das águas dos grandes lagos, como a Lagoa da Tijuca, com o Oceano Atlântico, a região da Barra da Tijuca, devido sua formação original de mangues, não despertou maior interesse financeiro até a década de 1970.

Seu nome provém do tupi, *ty+yuk*, *ty* (água) e *îuk* (podre). Um dia os índios consideraram este depósito de aluvião, a *Barra*, um espaço de *Tijuca* - a água doce imiscuída, salobra, na água do mar.

Foi durante a ditadura civil-militar que a região da Barra da Tijuca tornou-se foco de forte especulação imobiliária, atraindo até hoje grandes empreendimentos de multinacionais como a Shell Brasil, a Esso Brasil e a Vale do Rio Doce, além de complexos de lazer e entretenimento, bem como inúmeras empresas.

É o único bairro do Rio de Janeiro 100% planejado, com vários condomínios de luxo, considerados ecologicamente sustentáveis por contarem com sistemas eficientes de gestão de seus conglomerados residenciais.

A Barra é reconhecida por seu índice de desenvolvimento humano (IDH) como local de maior “qualidade de vida”.

A Barra da Tijuca não só atrai cada vez mais os emergentes da ocasião, como foi lá que se instalou, no Riocentro, um dos mais importantes polos oficiais da conferência da *Rio+20*, destinado principalmente a receber autoridades, via credenciamento de cada um que circulasse por lá, para as sessões plenárias e de negociações oficiais.

Ali se deu a discussão do documento mote da conferência, o *Rascunho Zero*, as negociações políticas atualizadas para o desenvolvimento sustentável, que reuniu, inicialmente, o resumo de 643 propostas dos países membros da ONU, e foi midiaticamente intitulado “O Futuro que Queremos”.

O Riocentro na Barra da Tijuca, espaço aberto à circulação do capital no Rio de Janeiro foi, durante a *Rio+20*, local de investimentos à produção de novas diretrizes e acordos internacionais, que avolumam retóricas por reformas, atualizações e novas configurações da denominada “governança global” sustentável para os próximos anos.

Na noite de 15 de junho, o Riocentro por meio das Nações Unidas, mas principalmente pela comissão do Ministério das Relações Exteriores, recebeu evento solene destinado à “Comemoração do 20º Aniversário da Conferência das

Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento”, conhecida como Rio 92.

A comemoração foi transmitida em tempo real pela internet e pelo canal Notícias Brasil (NBR). O Ministro das Relações Exteriores Antonio Patriota, como maior representante do Itamaraty, foi quem presidiu a mesa entre os flashes dos repórteres e piadas de camaradagem para adular a plateia.

As duas figuras principais homenageadas da ilustre mesa, o então presidente, em 1992, Fernando Collor de Mello e o ex-secretário geral da *Eco 92*, o empresário Maurice Strong, recebiam as honras do país sede da *Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável - Rio+20*, entre engajados executivos de organizações internacionais, representantes diplomáticos de outros Estados, um seleto grupo de políticos, além do séquito de diplomatas do Itamaraty.

Maurice Strong, idealizador da *Rio 92*, é considerado um dos maiores empresários canadenses, investiu pesado no setor petrolífero ainda na década de 1950, inserindo-se paulatinamente na exploração de outras fontes de energia, o que o beneficiou a utilizar o destaque de seu “business” como trampolim político, tornando-se burocrata de renome dentro das Nações Unidas, principalmente, após a Cúpula da Terra.

Já o atual senador Fernando Collor, se por um lado, hoje comemora sua participação na *Rio 92* como chefe de Estado naquela ocasião, de outro lado, posa como se nada mais tivesse ocorrido, quando naquele mesmo ano um processo de impeachment o destituiu do cargo, após um estrondoso escândalo de desvio de dinheiro público.

O episódio foi aplaudido por muitos na época como prova da consolidação democrática.

E hoje, por meio dos mesmos recursos democráticos, o atual senador, junto a tantos outros como o atual presidente do senado José Sarney, que também participou das discussões do *Rascunho Zero* em reuniões pré *Rio+20*, refazem

por outras vias mais um ciclo de rastros dos senhores de engenho e das benesses verdes da cana.

Collor não só retornou como senador, como presidiu e preside uma série de comissões no senado que vão da fiscalização aos direitos humanos e combate à tortura à comissão de averiguação aos desvios de verba das obras do PAC.

E o PAC em conjunto com favelas pacificadas se agregou a uma das muitas vitrines de negócios e acertos rentáveis à *Rio+20*.

Os mesmos bons mocismos que hoje empenham-se a repaginar o conceito de desenvolvimento sustentável aproximam o investimento na proteção do meio ambiente do discurso cada vez mais empresarial, não descartam a presença do Estado, mas celebram as articulações em prol da segurança do planeta pela redução dos riscos, sejam estes econômicos, políticos ou ambientais, via o que agora chamam de economia verde.

Defendem democracia e mercado livre via programas de inclusão social, um sistema econômico que garanta o exercício de novas condutas tidas como responsáveis, abrindo caminho a novas práticas de governo.

Permanece a defesa da propriedade pela via do neoliberalismo verde, em que tudo é negociável desde que a conduta considerada sustentável justifique o próximo “target”.

É salobro o encontro da água doce e do sal do mar, o mangue da barra não era um lugar que algum dia, índios da Tijuca quisessem assentar, hoje foi palco onde se articulam modos de como tornar cada sopro de vida, cada espaço, uma forma sustentável de garantir o lucro e o empreendimento de cada um.

Jacarepaguá, a Kari-Oca na Rio+20

Em agosto de 2011, representantes de organizações indígenas se reuniram em Manaus para discutir seu envolvimento nas preparações da *Rio+20*, em

evento financiado pela Fundação Ford, Fundo Indígena e ONU MULHERES e organizado pela COICA (Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de La Cuenca Amazónica), o Fórum Permanente das Nações Unidas para Assuntos Indígenas e Comitê Inter-tribal e a COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira).

No documento oficial do encontro firmou-se o acordo pela organização da Kari-Oca 2, conferência mundial dos povos indígenas paralelo à Rio+20 para discussão de temas relativos ao desenvolvimento sustentável.

A Kari-Oca foi realizada em parte do espaço onde se situava o manicômio Colônia Juliano Moreira, e onde fica também o Museu de Imagens do Inconsciente, em Jacarepaguá.

Jacarepaguá, lagoa rasa de jacarés, proveniente do tupi na junção de três palavras, *yakaré* (jacaré) + *upá* (lagoa) + *guá* (baixa, rasa).

Colônia Juliano Moreira. Inaugurada oficialmente em 1924, a instituição psiquiátrica ocupou as terras, adquiridas pelo Estado com dinheiro público, da antiga Fazenda do Engenho, que inicialmente era chamada de Fazenda Nossa Senhora dos Remédios devido à capela erguida por escravos, no século XVII em homenagem à santa.

Da fazenda do engenho à colônia psiquiátrica do Engenho de Dentro que, na década de 1930, passaria a se chamar Juliano Moreira em homenagem ao médico diretor do Hospital Nacional de Alienados, que funcionou nas duas primeiras décadas do século XX na Ilha do Governador.

O redimensionamento da colônia psiquiátrica no atual Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira, mantém internados, ainda hoje, mais de 600 homens e mulheres. E lá, vizinho contíguo, foi que a Kari-Oca funcionou durante a *Rio+20*.

Ali, os povos indígenas se reuniram, com reconhecimento das Nações Unidas, enquanto minoria que deve participar de maneira democrática dos processos de tomada de decisão.

Até pouco tempo os índios, como os loucos, estavam sob a tutela do Estado.

Hoje não se fala mais na loucura que deve ser isolada, mas em portadores de transtornos a serem administrados.

Hoje, reconhece-se a autonomia dos indígenas diante da qual se cria diversas maneiras de não mais isolar, mas *administrar* descontentamentos por meio da convocação à participação: sua relação com o espaço é colonizada pela imposição de fronteiras e demarcação de territórios.

Por meio da garantia do direito ao exercício de sua cultura, o discurso da sustentabilidade e a chamada “economia verde” capturam os saberes destes povos, tornando-os lucrativos.

Depois do extermínio no processo de colonização, espremidos para dar espaço ao desenvolvimento capitalista, hoje, as *sociedades contra o Estado* veem na demarcação de territórios – um dos primeiros índices da nova imposição do Estado – uma maneira de garantir sua sobrevivência.

Mas, há algo de sua cultura que alguns dos povos indígenas não ignoram e nem colocam sobre a mesa de negociação democrática: a indissociação entre sua existência e a natureza.

Há ainda algo que não reconhece a linguagem capitalista, mesmo que pintada de verde, a despeito de que a Declaração Kari-Oca 2 afirme a impossibilidade em haver *desenvolvimento sustentável verdadeiro* enquanto os direitos indígenas não forem respeitados.

Durante a Conferência, a principal pauta de discussão foi a demarcação de terras indígenas no Brasil.

Com a Constituição de 1988, os indígenas adquiriram o estatuto de cidadania; também ali foi estabelecido o prazo de homologação de todas as terras indígenas até 1993.

Hoje, grande parte destas áreas não foi reconhecida, e muitas são afetadas direta ou indiretamente pela construção de grandes obras, como as do PAC.

Embora clamem por mais participação e afirmem a contribuição de sua relação com a natureza para um *desenvolvimento sustentável verdadeiro*, pedindo que a cultura seja incluída como um de seus pilares, não se pode subestimar as resistências indígenas, tampouco reduzir o vigor e a força de certos povos em meio ao pluralismo das *minorias organizadas* em marcha.

Eis que, surpreendente, surge empunhado o arco teso da floresta.

centro do rio - rio centro.

Militantes profissionais de partidos de esquerda, militantes profissionais de centrais sindicais, militantes profissionais de ong's ecológicas, gays comportados, maconheiros organizados, secundaristas, feministas de *soutiens*, entre outros, pararam a Avenida Rio Branco, no dia 20 de junho, em protesto global contra o que denominavam de *fracasso* das negociações da Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável.

Enquanto no centro do Rio o desfile contou com mais de vinte mil pessoas, do outro lado da cidade, na Barra da Tijuca, no “Rio Centro”, chefes de Estados iniciavam a negociação em torno do texto apresentado pela diplomacia brasileira.

O *Rascunho Zero*, reescrito pelos hábeis negociadores do Brasil, excluía os pontos considerados polêmicos como os que se referiam à *economia verde* e às denominadas *responsabilidades comuns mas diferenciadas*, isto é, a distinção entre a responsabilidade dos países chamados desenvolvidos e os ditos emergentes na reparação dos impactos ambientais causados pelo industrialismo no planeta.

No dia seguinte à abertura da Conferência, a distância entre o centro do Rio e o “Rio Centro” tornou-se ainda maior do que escancara a geografia da cidade.

Como repúdio ao texto do documento final, líderes empresariais, cientistas, economistas, entre outros *popstars* do *mainstream* sustentável criticaram o adiamento da definição dos *Objetos de Desenvolvimento Sustentável* e a discussão acerca do modo de financiamento destas metas.

A partir de então aderiram ao que certos editoriais de jornais denominaram de “indignação da sociedade civil”.

Como *alternativa*, propuseram comemorar os trezentos anos de aniversário do cadáver Jean Jacques Rousseau, lançando o documento “Day after”, no qual defendem a formação de “um novo contrato social do século XXI”.

O que nos primeiros dias assemelhava-se a uma peleja entre o centro do Rio e o “Rio Centro” aos poucos culminou com celebrações de ambas as partes.

No último dia da Conferência, Sha Zukang, o Secretário-Geral da ONU para *Rio+20*, defendeu a Conferência sob o argumento de que o objetivo principal do Encontro era precisamente “renovar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável”.

Ambientalistas, mesmo aqueles que denunciaram o *fracasso* da Cúpula, reiteraram a importância do Evento para o que consideraram como a explicitação da dicotomia entre a mobilização da chamada sociedade civil e a omissão dos políticos presentes.

No final das contas, o saldo da *Rio+20* foi celebrado por grande parte dos seus participantes, mostrando que para além das conclusões sobre *a falta de ousadia* dos chefes de Estados, as mais diversas políticas relacionadas ao planeta garantiram a continuidade de seus negócios.

Entre apertos de mão, cafés, sorrisos diplomáticos, tours pela cidade, 700 compromissos entre ONGs, empresas, governos e universidades, movimentou-se cerca de 513 bilhões de dólares.

noutras direções

Todavia, nem tudo na *Rio+20* engrossou o coro uniforme da manifestação na Avenida Rio Branco. Tampouco as permutas políticas entre os chefes de Estados concentrados na Barra da Tijuca.

Séculos depois do aprisionamento, catequização e extermínio dos povos indígenas da Baía de Guanabara, certos índios voltaram a circular de metrô, ônibus e a pé pelo chão da cidade.

O termo que identifica quem nasceu no Rio, isto é, “carioca”, vem do Tupi e significa polissemicamente “morada dos índios carijós”, “casa de branco”, “casa de água corrente”.

Se muitos índios visitaram o “Rio Centro” para defender o direito a suas terras e servir de modelo exótico para as delegações diplomáticas da ONU, outros tantos circularam pela cidade com seus arcos tesos, o que provocou a rápida divulgação de nota da Polícia Federal sobre a possibilidade de criminalização de quem portasse flechas pela cidade.

Somado a isto, os índios que participavam da “Cúpula dos Povos” tiveram que enfrentar comida com o prazo de validade vencido e a negligência deliberada que culminou na morte por enfarte de um índio karajá, após ter sido examinado e dispensado por médicos de um hospital público.

Tais situações somente escancararam o modo ubíquo com o qual o Estado segue violentando os povos indígenas no Brasil.

Contudo, mesmo diante das inúmeras adversidades, foram precisamente alguns índios que irromperam como surpresa diante da política eclética da mesmice.

Para além do enfrentamento com os seguranças de terno-e-gravata que serviam ao BNDES, instituição que, segundo os índios envolvidos na ação, “levam morte aos povos indígenas, em vez de vida”, um grupo xavante surpreendeu a Marcha Global dos Movimentos Sociais na Avenida Rio Branco.

Ao invés de seguir a multidão, os xavante cortaram-na em sentido contrário, carregando uma larga tora de madeira e cantando.

Enfrentando todo o fluxo, saíram rapidamente do outro lado do protesto, num espaço liberado, afirmando singularidade destoante ao protesto programado, sinalizando, à sua maneira, contra a uniformidade da passeata que *incluía* um *frentão político moderado* vestido a caráter.

Frente às manifestações e negócios movimentados pelas discussões na *Rio+20* foi a presença dos índios – numa cidade repleta de homens com fardas do exército carregando fuzis em nome da segurança dos participantes da Conferência da ONU – que impulsionou a política como vitalidade.

Não se abre mão da vitalidade, escrevera certa vez a artista carioca Lygia Pape ao se referir ao modo como os índios tupinambá e os presos no Carandiru foram tratados pelo Estado.

A presença destes índios na *Rio+20*, indica a experimentação de outros percursos, para além da desgastada linha que ligou a política do centro do Rio ao Rio Centro.

Na contramão dos efusivos documentários que encontraram sustentabilidade até no oco do pensamento, o Nu-Sol exibiu *Ecopolítica-Ecologia*, funcionando como o mosquito que pica, que anuncia febres que atijam contra a inevitabilidade da racionalidade neoliberal fantasiada de sustentabilidade.

O mosquito pica, a pica enrijece, cessa *a caixa de pandora* e as festas de prazeres libertários explicitam que é preciso dizer não ao sim.

verve 21. 10 anos de revista semestral autogestionária do nu-sol.

acácio augusto, andre degenszajn, beatriz scigliano carneiro, cecília oliveira, christian ferrer, edson passetti, eliane knorr, émile armand, errico malatesta, flávia lucchesi, guilherme castelo branco, gustavo ramus, gustavo simões, han ryner, jaime cubero, josé maria carvalho ferreira, leandro siqueira, louk hulsman, luíza uehara, mayara de martini cabeleira, margareth rago, pierre-joseph proudhon, pietto ferrua, ricardo líper, salete oliveira, silvana tótora, sofia osório, thiago rodrigues

Visite também **vervedobras** em www.nu-sol.org/verve/pdf/verve21-dobras.pdf

Revista ecopolítica 2 em www.pucsp.br/ecopolitica

Toda 3ª. feira **flecheira libertária** em www.nu-sol.org

hypomnemata 146

Boletim eletrônico mensal do Nu-Sol
Núcleo de Sociabilidade Libertária
do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP
no. 146, julho de 2012.

Rio + 20 em paralelas: sustentabilidade de pilares e cúpulas

duplos complementares de futuro em pilares e cúpulas

Rio+20 foi o futuro da Rio-92 que foi o futuro de Estocolmo 72, momento em que o *dispositivo meio-ambiente* planetário entrou nos debates e resoluções de governos conectando capitalismo e democracia.

Rio+20 foi o novo redimensionamento do “nosso futuro comum”, título do relatório da ONU de 1987, que definiu que o futuro das gerações vindouras dependeria do *desenvolvimento sustentável* assentado no crescimento social e econômico que não esgotasse os recursos ambientais.

Dois grandes encontros compuseram o conjunto da Rio+20: a *Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental*, com os movimentos da sociedade civil, realizada no Aterro do Flamengo, e a *Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável* (UNCSD), com os representantes dos países membros e das organizações da sociedade civil cadastradas no sistema da ONU, as quais também contaram com espaço para mesas-redondas e palestras em eventos paralelos ligados à Conferência, realizados no Riocentro.

Os mais importantes documentos discutidos em 2012 mantiveram a referência ao futuro: *O Futuro que queremos*, “Um Futuro digno de escolha” (subtítulo do documento *Planeta Resiliente, Povos Resilientes*, elaborado pelo Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global da

ONU) e *O Futuro que não queremos*, manifesto-protesto das organizações presentes na Cúpula dos Povos.

Para os três documentos, o futuro resulta de escolhas, no caso, escolhas subsidiadas pelas discussões programadas pelo conjunto dos eventos da Rio+20.

São escolhas complementares em torno da resiliência, termo que também designa voltar atrás, em suas projeções e metas para a restauração do governo do vivo em suas variações contínuas, com o apoio político das verdades científicas e implantadas com a força da chamada “vontade política”, dos Estados e da sociedade civil organizada.

O relatório *Povos Resilientes, Planeta Resiliente: um futuro digno de escolha* foi uma contribuição para o debate da Conferência em que primeiramente se avaliou a situação presente como resultado de escolhas ao longo de 25 anos, tendo como marco temporal o relatório *Nosso Futuro Comum* (1987).

São então propostas 56 medidas concretas para “levarmos o paradigma de desenvolvimento sustentável das margens para o centro do debate econômico global.” Desse modo projeta-se um futuro pelo qual vale o esforço de “governos, mercados e pessoas;” em que se realiza “a visão da sustentabilidade global, produzindo tanto um povo resiliente quanto um planeta resiliente.”

Trata-se de modulações programáticas na construção da verdade resiliente para os povos e o planeta, para o desenvolvimento sustentável assentado nos pilares econômico, social e ambiental.

Exigem articulações de minorias redimensionadas em *major groups*, pacificações de confrontos mediados por *stakeholders*, como nova estratégia de fazer convergir a participação e reproduzir seletividades voltadas à gestão planetária de governos compartilhados, interessados na administração da miséria alheia e na sua mesma, na segurança da proteção da propriedade e na salvaguarda da existência do Estado.

Consolidou-se, desta forma, as conexões esperadas para a continuidade da programação do *desenvolvimento sustentável*.

O futuro que queremos foi o documento final aprovado pela Conferência da ONU que resultou de um consenso diplomático para apresentar um texto baseado em um “mínimo denominador comum”, sem que se ensejassem conflitos e discussões pontuais.

Os 283 parágrafos aparecem todos na 1ª pessoa do plural: reconhecemos, reafirmamos, resolvemos, decidimos, comprometemo-nos, apoiamos, convidamos, destacamos.

“Nós,” quem?

Chefes de Estado e representantes de alto escalão dos governos, com “plena participação da sociedade civil” nas negociações dos itens do documento por meio de organizações dos nove grupos majoritários, os *major groups*: mulheres, crianças e jovens, sindicalistas e trabalhadores, organizações não governamentais; industriais e empresários, agricultores, comunidade científica, povos indígenas, governantes locais.

A definição de nove grupos surgiu na *ECO-92*, devido à adesão de organizações da sociedade civil no *Fórum Social Global*, evento paralelo à Conferência oficial.

Hoje, muitas organizações desses segmentos são consultoras do Conselho Econômico Social (ECOSOC) da ONU e participaram dos encontros prévios da Rio+20 e de atividades ligadas à Conferência.

“Qual futuro?”

Nos termos do documento, um futuro sustentável para o planeta e para as gerações presentes e futuras, cujas condições para ser alcançado consistem na erradicação da pobreza e na constituição de um marco institucional eficaz e democrático.

O documento abre com essa “nossa visão comum”, prossegue reiterando declarações e decisões de conferências e encontros anteriores, afirmando duas proposições ainda inéditas: a necessidade de uma nova governança internacional para a sustentabilidade mediante um novo arranjo institucional do Sistema das Nações Unidas e a realização da economia verde como instrumento para o crescimento sustentável.

No entanto, a “plena participação” não garantiu a incorporação de propostas que não fossem consensuais no texto final, ou seja, valorizou o *comum* e deixou em aberto o caminho para que outras venham a ser incorporadas no andar da carruagem.

Por conseguinte, no decorrer da Rio+20, surgiu o manifesto “O futuro que não queremos. Sem nosso consentimento. Removam ‘com a plena participação da Sociedade’ presente no parágrafo 1 do texto oficial”.

“Nós”, quem?

São “organizações da sociedade civil e movimentos sociais e de justiça que responderam aos apelos da Assembleia das Nações Unidas para participar da Rio+20”.

Elas exigem um futuro “moldado pela maioria”, uma maioria que soma 99% do mundo, segundo o manifesto.

E ainda de acordo com o documento, caberia às Nações Unidas e aos governos dos Estados membros “acordar urgentemente em ações de transição para o progresso sustentável e global.”

Acrescenta que predomina no texto oficial uma agenda imediatista, que implica escolha de um futuro pouco sustentável a longo prazo.

E enfatiza: “infelizmente o tempo está se esgotando. Um acordo apressado e ineficiente não será aceitável para nós, nem representará o futuro que todos queremos”.

Enfim, cumpriu o esperado: dar outros encaminhamentos possíveis e negociáveis no marco de uma institucionalização inquestionável à continuidade capitalista e democrática.

Na Cúpula dos Povos, as organizações sociais reuniram-se em diversos eventos, e lançaram uma Declaração Final: *Em defesa dos bens comuns, contra mercantilização da vida.*

O “futuro da humanidade” é citado como o alvo de uma “irresponsabilidade” por parte da conferência oficial, pois esta somente reiterou “os interesses das corporações e instituições financeiras”.

Por sua vez, a Cúpula dos Povos anunciou “um novo ciclo” nas lutas contra a injustiça, resultante das “convergências” construídas durante os acampamentos, as mobilizações, os debates.

Convergência para um “mínimo múltiplo comum”: de um lado, a identificação da causa estrutural da crise: o “capitalismo racista, machista e homofóbico” e de outro a certeza de que novos paradigmas emergem de alternativas em curso baseadas em “nossos povos, nossa história, nossos costumes, conhecimento”, em “uma economia cooperativa e solidária” que contrariam as corporações e o sistema financeiro.

O que urge no espaço presente, que jamais voltará, é o curso livre da vida.

É nele que habita o surpreendente, irreduzível e inegociável.

Agora.

Incontrolável.

Indomável.

E nele não há cúpula que o recubra nem pilar que o sustente.

O resto é expressão de variações das condutas de governo, retraduzidas hoje em práticas resilientes em cada um e para o planeta.

duplo paralelo na democracia sem sustos

A Rio+20 foi considerada uma decepção por muitos dos ambientalistas e militantes que chegaram aos fóruns oficiais e paralelos do evento da ONU plenos de muitas expectativas.

Esperavam discursos mais propositivos dos governantes e menos circunlóquios de diplomatas; aguardavam mais do que as previsíveis cenas de concórdia, fingindo não saber que as conferências da ONU são burlescas encenações de negociações supostamente públicas, mas que são concluídas a portas fechadas, antes das fotos e dos brindes de champanhe, respondendo aos interesses diplomático-militares e do capitalismo transterritorial.

Ainda assim, tinham esperança de que fossem definidas metas mais ambiciosas de preservação ambiental, acompanhadas da ampliação e fortalecimento das normas e das organizações internacionais.

Mas ocorreu o esperado: no espaço de convenções do Riocentro, reservado para os encontros oficiais, foram muitos os discursos protocolares, as fotos, os sorrisos, o vaivém de gente engravatada, alguns encantados com o *mise-en-scène*, outros simplesmente cumprindo tabela.

E o documento publicado – já definido, como praxe, antes do primeiro estrangeiro aportar no Rio – foi uma sutil maquiada nos acordos já em vigor.

Dentre as demandas que não se concretizaram, esteve a que pleiteava a transformação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) numa agência internacional nos moldes da Organização Mundial do Comércio (OMC), com legislação e tribunal próprios aptos a monitorar e julgar os casos de degradação ambiental e de descumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados.

Entre governantes e diplomatas, essa proposta não mobilizou sequer discursos vazios.

Os países ricos não querem ser réus, os pobres também; os primeiros, por já terem devastado muito; os demais, por terem devastado e ainda pretenderem *crescer economicamente*.

Ao invés disso, a solução articulada prometeu maiores fundos e peso político para os programas do próprio PNUMA sem que houvesse uma alteração do seu *status* institucional na estrutura da ONU.

Essa saída satisfez governantes, diplomatas, burocratas da ONU, ambientalistas profissionais e empresários *responsáveis* que a consideraram *pragmática* e, portanto, capaz de gerar frutos sem uma excessiva institucionalização que pudesse tornar lentas e ineficazes as ações de um super-PNUMA.

Assim, reunidos no Riocentro, os *pragmáticos* intergovernamentais ou da sociedade civil organizada (em ONGs e empresas) reconheceram a valorização do PNUMA como uma forma de avançar na regulamentação e controle multilaterais das questões ambientais mundiais sem engessar demais países e empresas que visam os fluxos mundiais de capital e consumo, de olho nos *emergentes*.

A Rio+20, no entanto, não foi só o Riocentro.

Do outro lado da cidade, na Cúpula dos Povos, fórum global das ONGs armado no Aterro do Flamengo, muitos dos mais entusiasmados defensores das causas ambientais protestavam contra o que engravatados coadunavam em Jacarepaguá.

Organizaram protestos e marchas nas ruas do centro da cidade para denunciar o acanhamento das decisões dos governos e reclamaram da falta de institucionalização, de leis e de instrumentos de controle e punição para as transgressões mundiais às normas ambientais.

Num *pragmatismo* à sua moda, argumentaram que de nada adiantaria a existência de tratados internacionais sem os instrumentos institucionais para sua execução.

E pelas tendas do Aterro, uma profusão de agrupamentos legitimava, à sua moda, a Rio+20, procurando confirmá-la como evento democrático e plural.

A distância entre o Aterro e Jacarepaguá e o suposto antagonismo entre os prudentes diplomatas e os mais radicais ambientalistas, fizeram deste trajeto o verdadeiro itinerário.

Se, de um lado, defendeu-se o comedimento, e de outro lado, o ativismo ambiental, ambos se alinharam na aceitação geral dos discursos da sustentabilidade e na necessidade de construir normas internacionais e fortalecer as instituições internacionais de modo a criar uma governança global ambiental.

O pragmatismo e a moderação – atravessados pela vontade de maiores controles e, no limite, na produção de instrumentos de controle e punição – estiveram presentes com cores mais ou menos brilhantes tanto num canto quanto noutra da cidade.

Riocentro e o centro do Rio formaram um duplo, complementando-se.

Se a Rio+20 pode ser analisada como mais uma celebração da verdade ambientalista e da sustentabilidade, que a todos mobiliza (sociedade civil, políticos, governos, empresas e organizações internacionais), a distinção do “passo marcado” lá e cá é embalada pelo chiado volátil e contornável de uma mesma frequência.

E como é próprio da diplomacia, cautela e protelação conjugam-se.

No entanto, há uma base comum na partilha do discurso de verdade sobre o meio ambiente planetário, que não prescinde de novas normas, instituições, controles, tribunais e punições.

O meio ambiente como sujeito de direito internacional, passível de proteção pela comunidade de Estados é uma verdade construída nas últimas décadas e que se reforçou com a Rio+20.

Esse caminho não descontentou nem a quem estava no Riocentro, nem os que flanaram pelo Aterro.

A vontade de norma e punição transitou entre engravatados e alternativos, festejando a diferença uniforme, o pluralismo, e o que se tem chamado de democracia.

Habitar o inegociável no presente, precário, provisório, diante de tanta vontade de segurança, é capaz de instaurar bem mais do que um susto.

[Encontro internacional anarquista em St. Imier de 8 a 12 agosto de 2012.](#)

verve 21. 10 anos de revista semestral autogestionária do nu-sol.

Vervedobras em www.nu-sol.org/verve/pdf/verve21-dobras.pdf

revista ecopolítica 2 em <http://www.pucsp.br/ecopolitica/revista.html>

toda 3ª. feira **flecheira libertária** em www.nu-sol.org

exibição do documentário **Ecopolítica-Ecologia**

TV PUC, CnU (11 net)

20/08 (segunda-feira) às 23hs; 22/08 (quarta-feira) às 16hs; 26/08 (domingo) às 00hs.

hypomnemata 147

Boletim eletrônico mensal
do Nu-Sol - Núcleo de Sociabilidade Libertária
do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP
no. 147, agosto de 2012.

Rio +20: no que parasita, no que marcha

e o que sai do eixo

parasitismo sustentável

1972: *Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente* organizada pela ONU em Estocolmo.

Diante das anunciadas catástrofes ambientais, esta cúpula firmou-se como marco político e institucional da única saída possível para a redução da produção e do consumo, sob a continuidade do capitalismo e da existência do Estado.

Representantes dos chamados países em desenvolvimento – ávidos pelo crescimento econômico que se anunciava em meio a ditaduras – posicionavam-se contra a solução.

Incorporaram ao problema ambiental a miséria e a pobreza mundial, inserindo-as e redimensionando-as como poluição humana.

Sob os efeitos, também, desta *inclusão* fixou-se no relatório Brundtland – *Nosso Futuro Comum*, publicado em 1987 – o termo *Desenvolvimento sustentável*, apoiado nos pilares ambientais, sociais e econômicos.

Em 1992, a “Cúpula da Terra” (ou *Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*), no Rio de Janeiro, introduziu a participação de empresas e industriais sob a rubrica do *desenvolvimento sustentável*.

Na ocasião, o evento paralelo ficou a cargo do Fórum Global, organizado por ONGs e representantes da sociedade civil, na busca do que chamaram de alternativas à hegemonia do neoliberalismo.

Mais 20 anos se passaram até a Conferência da *Rio +20*.

Desta vez o fórum paralelo consolidou seu almejado reconhecimento institucional e *inclusivo* na *Cúpula Oficial*, englobando as mais variadas categorias da sociedade civil – complementando por vias transversas os *major groups* – no que se denominou *Cúpula dos Povos*.

A cúpula alternativa defendeu um desenvolvimento sustentável não-hegemônico, participativo, inclusivo, alternativo, contra-capitalista voltado à construção de um novo paradigma para a sociedade.

A reunião oficial, não ignorou nem de longe a importância da participação da chamada sociedade civil e de alternativos.

E sublinhou a “preocupação com as pessoas” ao enfatizar a relevância da atuação dos *major groups*.

Classificados e reconhecidos com a publicação da *Agenda 21*, em 1992, a participação destes *grupos principais*, introduziu-se como essencial para a eficiência de novas políticas, para se alcançar os objetivos propostos.

Neste mesmo momento, destacou também a importância da *inclusão* de meios alternativos como soluções locais, de modo que cada um pudesse tomar conta da sua parte do planeta, possibilitando um *desenvolvimento sustentável* mundial.

Neste sentido, as reuniões paralelas e oficiais *convergiaram* para um mesmo ponto, considerando, simultaneamente, que, o desenvolvimento sustentável é um bem universal, e que não há possibilidade de sua efetivação sem a participação de cada um.

Qual Estado, qual empresa, qual governo, que moral se sustenta sem um tanto de participação devotada?

A participação alternativa desta forma, também, é a almejada saúde do capitalismo e do Estado.

Capitalismo humano, sustentável.

Humano, pois já é possível reconhecer claramente sua moral: se muitos se vendem por uma bela quantia de capital, outros se entregam à *causa*.

Essa participação de fundo moral é *eficiente*, mais barata e com resultados mais satisfatórios.

É pelo amor ao desenvolvimento sustentável que se garante a perpetuação do governo sobre a vida de cada um disposto a servi-lo voluntariamente.

Sob um discurso que levanta a questão da ética com a vida no planeta e do planeta, essa *mesma moral* sustenta a continuidade política das assimetrias inclusivas como sendo o *possível*.

E diante do *possível* alinham-se até mesmo os que mal conseguem definir o que seja contra-capitalismo, repaginando a embolorada equação estatal dos *reformistas* de sempre.

Diante do bem universal, a moral sustentável se insere em escolas, nas casas, no trabalho, na televisão, na internet, na Olimpíada — *inspire a generation* — penetrando nos poros, sufocando, sugando, alimentando-se da vida alheia como se fosse a vida de *todos*.

As lideranças devotas e a empolgada população participativa abrem mão de sua saúde, para ser incluídas, governadas e sustentadas por essa nova moral, governando e sustentando as velhas mesmas misérias.

Eis, o parasitismo sustentável: ele míngua, seca e procura apaziguar qualquer incômodo, transformando-o em insatisfação a ser suprida *no futuro que queremos*.

É o capitalismo eficientemente sustentável, administrando restos e resíduos, incorporando contestadores do momento e alternativos.

A eficiência da moral ambiental, essa *ecoficiência*, garante a perpetuação de assujeitamentos, fortalece voluntariamente o circuito retroalimentado de parasitas, e redimensiona obediências sob a forma de *participação autônoma*.

Que os parasitas suguem, sequeiem e alimentem-se de si mesmos.

É esse o *seu* futuro comum.

E para quem não está disponível a carrapatos de plantão, o fogo é o melhor antídoto contra parasita.

na marcha do empoderamento

Na ECO-92, mulheres e ecofeministas, partidárias e atuantes de ONGs, sob a insígnia do “Planeta Fêmea”, organizaram, enquanto “representantes” da sociedade civil, reuniões paralelas à Conferência Oficial no intuito de reivindicar direitos, segurança e políticas públicas para garantir o reconhecimento dos propósitos feministas nas questões ambientais das Nações Unidas.

Endossaram o capitalismo sustentável, ao se recostarem no investimento do refúgio dos conjuntos dilatados de vulneráveis que se anunciava, com a ampliação de garantias das penalizações em prol da maioria prometida às minorias majoritárias, combinando direito universal e direitos difusos.

Vinte anos depois, na Rio +20, mulheres e feministas participantes de ONGs, partidos políticos e outras instituições redimensionaram o discurso do “Planeta Fêmea” em “Território Global das Mulheres da Cúpula dos Povos”.

Reelaboraram reivindicações, protestaram e *marcharam* contra a falta de compromisso dos governantes em relação ao abono e manutenção da justiça socioambiental.

A *inovação* de trajetos e rumos redimensionados no interior de itinerários da Rio +20 fizeram com que as “novas reivindicações” fossem reclamadas às “mulheres líderes”, representadas nas figuras da presidente Dilma Rousseff, da primeira ministra irlandesa Mary Robinson e da ex-presidente do Chile e atual presidente da *ONU Mulheres*, Michelle Bachelet.

As “líderes mundiais” e as organizações feministas se solidarizaram com as “causas” apontadas por outras organizações na *Cúpula dos Povos*, em nome do *empoderamento das minorias*.

Está em jogo o posicionamento e participação dos grupos, tomada de decisões coletivas e mudanças individuais que norteiam este discurso.

O *empoderamento das mulheres*, palavra-chave na *Conferência Oficial* e na *Cúpula dos Povos*, institucionaliza-se no “protagonismo, valorização e igualdade” sustentados pelas atuais práticas de governo.

Essas mulheres reafirmam que a justiça social e ambiental é impreterível, assim como o *cuidado do outro* – como traço inerente à *natureza* e *essência femininas*, supondo que mulheres e natureza estão *indistintamente conectadas*.

Mulheres de movimentos, feministas ou não, ativistas e “líderes mundiais” reatualizam o teatro do conformismo para fazer crer que as mulheres, agora, estão relegadas aos papéis de grandes mães zelosas da família e do meio ambiente, guardiãs *do nosso novo lar*: o planeta Terra. Cuidadas e carinhosas poderão *semear* o governo de si pautado no amor à segurança e na educação empreendedora.

Empoderamento, eis o custo sustentável ao governo compartilhado das restaurações em marcha pelo planeta.

na marcha da senha da convergência

Milhares de ambientalistas, feministas, marxistas, esquerdistas, hare krishnas, lideranças indígenas, maconheiros organizados, hippies dreadlocks, sindicalistas e outros tantos *militantes profissionais alternativos* acamparam, entre os dias 15 a 22 de junho, na *Cúpula dos Povos*, evento paralelo ao encontro de chefes de Estado organizado pela ONU na Barra da Tijuca.

Formaram a *grande família extensa*.

O encontro de lideranças de ONG’s transcorrido no Aterro do Flamengo, visou dar continuidade à convocação irrompida no *Fórum Global*, simultaneamente à *ECO-92*.

A *Cúpula dos Povos* reiterou a reivindicação publicada há vinte anos para que os movimentos sociais articulassem seus protestos às lutas socioambientais e somassem agendas específicas em direção a “uma convergência e uma síntese mais amplas”.

Todavia, se durante a *Rio-92* a queda do Muro de Berlim serviu como argumento principal da necessidade de unificação de variados embates, a justificativa na *Rio +20* ancorou-se na chamada múltipla crise capitalista detonada na primeira década do século XXI.

Reclamando um sentido comum para *lutas antissistêmicas* como as dos Indignados na Espanha, da Primavera Árabe, dos estudantes no Chile, dos *Occupy* nos Estados Unidos e dos jovens gregos, o texto final da *Cúpula dos Povos* renova, pelo uso recorrente da palavra *convergência*, o interesse em concentrar o que consideram como a dispersão das lutas pelo planeta.

Esforço de convergência que começou com o Fórum Social Mundial e o altermundialismo, apaziguando as arestas dos movimentos de antiglobalização.

E, precisamente, sob efeito do investimento em *convergência*, “movimento coordenado dos olhos, que faz com que a imagem de um ponto incida em pontos correspondentes das duas retinas”, em “direção comum para o mesmo ponto”, segundo o léxico, é que trinta mil pessoas saíram organizadamente pelas ruas do Rio de Janeiro com carros de som, megafones, bandeiras, faixas e caras-pintadas, no que ficou conhecida como a “Grande Marcha dos Povos”.

A voracidade oportunista da Cúpula em incorporar práticas diversas à sua agenda política fez com que até mesmo bandeiras libertárias vermelhas-e-negras fossem vistas tremulando pela Avenida Rio Branco.

Não é de surpreender que como rescaldo da sintaxe de palavras de ordem produzidas em torno da *convergência* surgisse um protesto designado como *a Grande Marcha*, atualizando a política de via única do “velho timoneiro” Mao Tse Tung na China comunista.

Mesmo reivindicando a libertação “das corporações e do capital financeiro”, o que se pode notar na “Marcha” foi precisamente a subordinação da multiplicidade de práticas e grupos à homogeneidade de pontos e ordens uniformes.

Onde há Marcha prepondera a sintaxe e a arregimentação.

Onde há Marcha inexistem espaço para experiências livres.

Pés que marcham, assinalava Henry David Thoreau, são o resultado direto da vida enredada em sentenças e julgamentos.

Como **ultrapassar** o investimento estéril em *alternativas*?

Como liberar-se da *convergência*, acampamento eclético e pluralista que sustenta com suas práticas formadas por um pensamento fixo e unitário aquilo mesmo que visa combater?

Palavras podem ser antigas armaduras ,disse, acertadamente, William Burroughs.

Porque a s p a l a v r a s s ã o f a b r i c a d a s d e n t r o d e v o c ê.

2012: Passos adiante são realizados ao a b r i r m o s m ã o d e s s a s a r m a d u r a s.

exibição do documentário *Ecopolítica-Ecologia*

TV PUC, CNU (11 net)

20/08 (segunda-feira) às 23hs; 22/08 (quarta-feira) às 16hs; 26/08 (domingo) às 00hs.

verve 21. 10 anos de revista semestral autogestionária do nu-sol.

Vervedobras em www.nu-sol.org/verve/pdf/verve21-dobras.pdf

revista ecopolítica 2 em www.pucsp.br/ecopolitica

toda 3ª. Feira *flecheira libertária* em www.nu-sol.org

Nu-sol no [Encontro internacional anarquista em St. Imier agosto de 2012.](#)

